

MILITARES

aos Const. seg. nacional

- 3 SET 1986

ANC 88  
Pasta Setembro/86  
008

# As críticas do general Castro ao projeto da nova Constituição

por Andrew Greenlees  
de São Paulo

Quando o presidente José Sarney nomeou a Comissão de Estudos Constitucionais para elaborar um anteprojeto de Constituição, foi criticado por elitizar a preparação da Assembleia Nacional Constituinte. Ao longo dos últimos meses, com o funcionamento da comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos, houve nova polêmica, desta vez em torno de determinados pontos, como o papel das Forças Armadas no País.

O comandante militar do Sudeste, general Sebastião Ramos de Castro, apontou ontem, durante palestra na Prefeitura de São Paulo, as principais divergências entre o pensamento militar e as propostas do anteprojeto constitucional da comissão presidencial. O general estranhou, em primeiro lugar, a substituição do termo segurança nacional por defesa nacional. "Ficamos surpresos pela mudança ter sido feita por oportunidade e não por motivos mais fundamentados", disse Ramos de Castro.

Na opinião do comandante, a justificativa de que "segurança nacional" assumiu caráter ideológico é improcedente. "É bem pouco razoável confundir

## Caso Paiva na Câmara

por Zanoni Antunes  
de Brasília

A reabertura do caso Rubens Paiva — parlamentar desaparecido em 1971 após ser preso pelos órgãos de segurança — provocou diferentes comentários entre os líderes dos principais partidos na Câmara. Para Pimenta da Veiga, do PMDB, o caso deve ser levado até o fim. O líder do PFL, José Lourenço, disse que o passado está sepultado e Amaral Netto, do PDS, acha que o assunto deve preocupar muito mais o governo do que a oposição.

Na opinião do líder do

PMDB, Pimenta da Veiga, o caso deve ser levado até o fim, com a completa apuração de tudo o que aconteceu. Veiga disse que também não se pode evocar a anistia porque não se conhece a autoria do crime.

Ao afirmar que o caso está sepultado, Lourenço acha que é um assunto "que não devemos mais tocar". E recomenda: "Não é bom acender fósforo perto de petróleo." O líder do PDS, Amaral Netto, disse que o caso poderá ter repercussão junto ao governo, embora admitisse o direito de família a saber o que ocorreu.

segurança nacional com ideologia", sustentou Ramos de Castro, falando à Comissão de Estudos e Assessoramento Constitucional, criada pelo prefeito Jânio Quadros, com o objetivo de fornecer subsídios, assim como a Comissão Arinos, ao debate constitucional.

Outra restrição do general Ramos de Castro: o texto do anteprojeto subordina as Forças Armadas ao presidente da República, mas,

ao contrário de Constituições brasileiras anteriores, suprime a expressão "dentro dos limites da lei". Segundo o comandante do Sudeste, só existiu texto semelhante na Carta promulgada por Getúlio Vargas em 1937, marco inicial do período autoritário do Estado Novo.

O funcionamento e as atribuições da Polícia Militar (PM) também são questões controversas. O anteprojeto deixa a critério

dos estados a criação da PM, com função restrita à de tropa de choque. O policiamento em si é de competência da Polícia Civil.

Segundo o general, essa disposição tem um problema: "Quem pode criar, também pode extinguir", raciocina, preocupado com a possibilidade de alguns estados decidirem acabar com as suas PM. Ainda sobre a PM, Ramos de Castro apontou "o papel destacadíssimo" de atuar como corpo auxiliar das Forças Armadas em caso de guerra.

Em entrevista antes da palestra, o general justificou o papel de manter a lei e a ordem no País para as Forças Armadas. "As vezes, essa interpretação é considerada intervenção indevida na vida do País, mas a manutenção da lei e da ordem só pode ser realizada com emprego de ação militar quando há determinação do governo federal", disse Ramos de Castro. O comandante lembrou ainda que, na primeira versão do anteprojeto, foi suprimida também a função das Forças Armadas de garantir a ordem constitucional, mas uma recente decisão da Comissão Arinos retomou essa atribuição, segundo o próprio general.